



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (DHI)**

**UMA FONTE PARA HISTÓRIA DO SINDICALISMO  
BRASILEIRO NOS ANOS DE 1960:  
O DOSSIÊ DA ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO  
ARMAZENADOR DO BRASIL**

Esdras Pereira  
Silva dos Santos

Orientador: Prof. dr.  
Francisco José Alves

São Cristóvão/ SE

2017/2

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA (DHI)**

**UMA FONTE PARA HISTÓRIA DO SINDICALISMO  
BRASILEIRO NOS ANOS DE 1960:  
O DOSSIÊ DA ASSEMBLEIA GERAL DA FEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO  
ARMAZENADOR DO BRASIL**

Esdras Pereira  
Silva dos Santos

Orientador: Prof. dr.  
Francisco José Alves

Trabalho apresentado à disciplina Prática de Pesquisa, ministrada pelo Professor/Doutor Francisco José Alves no primeiro semestre de 2017 como requisito para obtenção do grau de Licenciado em História.

São Cristóvão/ SE

2017/2

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, pela força, presença, momentos de indiferença e também de brigas, embora nada tenha diminuído o carinho e cuidado por mim.

Ao meu orientador, o Prof./Dr. Francisco Jose Alves, pela paciência incomum, pela constante ajuda na superação das minhas dificuldades, pelo o zelo e a diligência marcas indeléveis de seu caráter. Agradeço também pelo amor à docência.

Aos membros dos grupos de oração da Primeira Igreja Batista de Aracaju – PIBA, pelo cuidado comigo, pelas palavras de consolo nos momentos de ansiedade e pelas orações em meu favor.

A alguns colegas do curso e de fora dele, pela constante comunicação que reavivou o meu ânimo e deram forças para continuar. Sou-lhes muito grato.

Aos membros dos grupos de oração da Primeira Igreja Batista de Aracaju – PIBA, pelo cuidado comigo, pelas palavras de consolo nos momentos de ansiedade e pelas orações em meu favor.

## **RESUMO**

Este trabalho é constituído por um conjunto de documentos produzidos pela Assembleia da Federação Nacional dos Trabalhadores do Comercio Armazenador realizada em Vitória, Espírito Santo, entre os dias 10 e 13 de outubro de 1963. É formado por duas partes básicas: introdução e reprodução dos 13 documentos. A introdução caracteriza os documentos quanto a sua natureza e temática. A coleção do trabalho reproduz os textos paleograficamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Federação Nacional dos Trabalhadores do Comercio Armazenador, Sindicalismo e Comando Geral dos Trabalhadores; Sindicalismo; Brasil (anos 1960).

## **ABSTRACT**

This paper consists of a set of documents produced by the Assembly of National Federation of Warehouse Trade Workers held in Vitória, Espírito Santo, on days 10, 11, 12 and 13 of October, 1963. It consists of two basic parts: an introduction and the reproduction of the 13 documents. The introduction characterizes the documents as to their nature and thematic. The core of this paper reproduces the texts paleographically.

**Keywords:** Assembly of National Federation of Warehouse Trade Workers, Socialism and General Command of Workers.

## LISTA DE SIGLAS

CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CGG	Comando Geral de Greve
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CPOS	Comissão Permanente das Organizações Sindicais
C.S.P.S	Conselho Superior da Previdência Social
CONTEC	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNTTMFA	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos
D.N.P.S	Departamento Nacional da Previdência Social
FSD	Fórum Social de Debates
IAPETC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte de Cargas
M.T.I.C	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
SAMDU	Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência
UPB	União das Policiais do Brasil
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	7
<b>NOTAS DA INTRODUÇÃO</b>	12
<b>O DOCUMENTÁRIO</b>	13
DOC.1: Declaração de Princípios	15
DOC.2: Sugestões de Ementa ao Código de Trabalho	18
DOC.3: Sugestões para Criação de Conselhos Regionais	20
DOC.4: Sugestões para os Contratos Eletivos	22
DOC.5: Regimento Interno da Federação	24
DOC.6: Ata da 1º Reunião, 10/10/1963	26
DOC.7: Ata da 2º Reunião, 11/10/1963	32
DOC.8: Ata da 3º Reunião, 11/10/196	34
DOC.9: Ata da 4º Reunião, 12/10/1963	45
DOC.10: Ata da 5º Reunião, 13/10/1963	48
DOC11: Reivindicação do Sindicato dos Arrumadores de Laguna – SC	52
DOC.12: Reivindicação dos Sindicatos de Santo Amaro, S. Francisco, S. Sebastião, Feira de Santana e Alagoinhas, dos Arrumadores da Bahia	54
DOC.13: Reivindicação do Sindicato dos Arrumadores de Ilhéus	55

## INTRODUÇÃO

Este TCC consiste na reprodução de um dossiê da *Assembleia da Federação Nacional dos Trabalhadores Do Comercio Armazenador* realizada em Vitória, Espírito Santo, entre os dias 10 e 13 de outubro de 1963.

O dossiê é formado por 13 documentos. São os seguintes: uma declaração de princípios, quatro resoluções, cinco atas, duas reivindicações e uma denúncia.

Os originais dos documentos aqui editados fazem parte do acervo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História (PDPH/UFS).

Sobre Henrique Barros Fortes Filho, Waldemar Jose Barbosa e Gastão da Silva não obtivemos informes biográficos.

Algumas razões justificam a edição ou reprodução do material dessa monografia.

A primeira delas é o resgate. Resgatar esse material, a primeiro vista, significa notar sua importância, sua singularidade. Ele leva o leitor a conhecer alguns aspectos do sindicalismo brasileiro nos anos 1960.

O ressurgimento desse material também significa instigar o leitor a se envolver mais com a temática. Assim o fazendo, ele descobrirá, por exemplo, o papel proeminente da CGT entre os sindicalizados signatários desse material.

O resgate desse material também possibilitará ao leitor conhecer o papel dos sindicatos na vida política brasileira da época.

A celeuma acerca das chamadas Reformas de Base, da Reforma Agrária, do Projeto Lei de Remessas de Lucros são outros aspectos registrados pelos documentos aqui reunidos.

A compilação desses documentos é justificável, ainda, por outra razão: mostrar a influência do ideário de esquerda no movimento sindical. Essa influência é notada pela defesa a distribuição igualitária de terras não produtivas, pela defesa da melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, e pela sua forma de organização política.



Um outro motivo para editar esse material é a sua difusão para um público mais abrangente. Até agora esse precioso documentário hibernava no acervo do PDPH. Editado, agora, nesse TCC, espera-se que ele passe a ser acessível a um público bem mais vasto.

O material aqui reunido possibilita o estudo de alguns temas. Tais como o movimento sindical da época, a influência do CGT e do pensamento de esquerda sobre o sindicalismo e a relação do governo João Goulart com os trabalhadores.

Os documentos aqui reunidos evidenciam alguns aspectos.

O principal deles é a influência do *Comando Geral Dos Trabalhadores* sobre o movimento sindical brasileiro nos anos de 1960. O CGT foi uma central sindical criada em agosto de 1962 e dissolvida em março de 1964. Isto fica evidente em alguns dos documentos aqui reunidos.

No **documento 1**, a declaração de princípios, diz o seguinte: “Declaramo-nos resolutamente solidários com a posição do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES...”.

A mesma influencia se observa na ata da quarta reunião, ocorrida em 12/10/1963. Diz o documento que o presidente da federação chamou todos os presentes para a sessão solene de encerramento dessa reunião tendo a “...presença dos companheiros do CGT”.

Também a ata da quinta reunião, ocorrida em 13/10/1963, manifesta a influência do CGT sobre os trabalhadores da Federação. Conforme essa ata “o companheiro Romeu Rangel apresenta uma moção de confiança e apoio ao CGT”.

De fato, o CGT teve, no sindicalismo brasileiro da época, um papel proeminente.

Criada “oficialmente” no *IV Encontro Sindical Nacional*, em agosto de 1962, durante o governo Goulart, em São Paulo, o Comando Geral dos Trabalhadores conseguiu agregar diversas organizações sindicais durante sua exígua existência. Isso se devia ao envolvimento cada vez maior dos sindicatos no *front* político e nas disputas ideológicas. Deste modo, segundo Caio Navarro de Toledo<sup>1</sup>, se fez necessário a “formação de diferentes organizações de coordenação que agrupavam sindicatos de tendências diferentes”. As entidades agrupadas pelo CGT foram a *Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria* (CNTI), a *Confederação Nacional dos Trabalhadores em*

*Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Fórum Social de Debates (FSD), Federação Nacional dos Ferroviários, dos Arrumadores, e dos Jornalistas, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)*<sup>2</sup>.

O CGT entre 1962 – 1964<sup>3 4</sup> foi dirigido por Clodomir Riani, Dante Pelecani, Tenório de Lima e Benedito Cerqueira<sup>5</sup>. Essas lideranças eram reconhecidas pelo amplo apoio e colaboração ao governo de Goulart.

O Comando atuou na intensificação do processo de politização dos trabalhadores do campo, mobilizando-os a fim de despertar a sua consciência proletária.

O CGT aclamava os trabalhadores rurais pelas Reformas de Base<sup>6</sup>. Todavia, entre elas, a Reforma Agrária consistia na reivindicação específica.

Apesar da sua força, o CGT não era uma entidade ideologicamente uniforme. Havia nele três correntes do movimento sindical brasileiro.<sup>7</sup>

A primeira, majoritária, era composta por nacionalistas e comunistas. Estes defendiam uma participação política dos sindicatos em uma posição mais nacionalista, além de apoiarem a efetivação de uma Central Sindical Única. De acordo com Marcia de Paula Leite<sup>8</sup>, os sindicatos eram orientados por setores nacionalistas a fim de que aqueles lutassem tanto contra o imperialismo como pela consolidação da democracia.

O segundo segmento ideológico abrigado pelo CGT era o dos pelegos oficiais. Eles viviam à custa da contribuição sindical e do cargo que possuíam dentro do movimento sindical.

A última corrente era formada por oportunistas e sindicatos católicos. Este segmento defendia uma menor participação da entidade na política nacional, assim como de todo o movimento sindical, também propunha a extinção da contribuição sindical e a formação de uma base sindical por meio de contratos coletivos de trabalho. Além disso, eram contrários a conciliação entre nacionalistas e comunistas.

Predominava no CGT a corrente nacionalista/reformista.

Outro aspecto revelado pelos documentos é o eco, entre os trabalhadores, das promessas de Reformas de Base do governo João Goulart. Este assunto comparece, com destaque, na “declaração de princípios”. Em seu tópico sexto o documento traz que os trabalhadores exigem a “...realização das Reformas de Base reclamadas pela Nação Brasileira”. No mesmo documento, no tópico 7, reza: “Exigimos a Reforma Agrária Radical...”.

Essas reformas eram reivindicadas por diversos setores populares. Embora o partido de Jango, o PTB, em 1958, já tivesse tentado organizar tais Reformas, elas surgiram apenas com Jango, sendo anunciadas no comício em frente à estação da Central do Brasil, para 150 mil pessoas. Essas Reformas pretendiam alterar a estrutura social brasileira. Elas abrangiam o setor eleitoral, administrativo, tributário, cambial, urbano, bancário, fiscal, universitário e, a que maior atenção recebeu por parte de Goulart e dos sindicalizados rurais, agrário<sup>9</sup>. Esta última, de acordo com Leonildo Servelo Medeiros<sup>10</sup>, propunha a extinção dos “minifúndios e latifúndios, considerados como fontes de tensão social no campo”.

As reformas de Bases tinham objetivos econômicos, sociais e políticos. No plano econômico as reformas visavam, segundo Thomas Skidmore<sup>11</sup> um maior desenvolvimento. No aspecto social, as Reformas de Base objetivavam uma mais justa distribuição de renda. No plano político as reformas de Jango, propunham, dentre outras coisas, o voto dos analfabetos e a possibilidade dos militares em concorrer a cargos eletivos.

Os documentos também revelam a ressonância entre os trabalhadores do projeto de Lei de Remessas de Lucros ao exterior, sobre a influência do Estado na economia e sobre as pautas reivindicatórias dos trabalhadores sindicalizados da época.

O projeto de lei 4.131/62, que foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado por Goulart em 20 de janeiro de 1964, ou Remessas de lucros como ficou conhecido, desfavorecia as empresas estrangeiras instaladas no Brasil, pois limitava o envio dos seus dólares ao exterior. Era uma lei disciplinar sobre as relações econômicas entre o Brasil e o exterior, com a expectativa de contenção da fuga de capitais e que procurava reduzir os efeitos do bloqueio financeiro de Washington causado por esse projeto, além de ser uma espécie de extensão das Reformas de Base.

No entanto, já durante os anos 1950, a Lei de Lucros Extraordinários cumpriria o mesmo objetivo da lei dos anos 1960, se, é claro, não houvesse sido barrada pelo Congresso<sup>12</sup>.

É possível observar, dentre os documentos editados, por exemplo, no documento principal (ou doc. 1), o qual apresenta pontos que deveriam ser seguidos por todas as categorias de trabalhadores ligados ao setor portuário, demonstrando a importância de que o projeto de lei sobre remessas de lucros fosse posto para fora do papel pelo Governo Federal, como pode ser visto no oitavo ponto letra *b* que diz: “Exigimos ainda do Governo Federal a aplicação imediata das seguintes medidas: rigorosa aplicação da lei que regulamenta a remessa de lucros das empresas estrangeiras”.

O dossiê aqui compilado mostra ainda a influência do pensamento de esquerda sobre os trabalhadores sindicalizados da época.

Essa influência é bastante visível nos textos aqui reunidos. Por exemplo, no doc. 1. em seu quinto ponto. Diz o documento: “Declaramo-nos contrários à conspiração golpista da minoria reacionária, manipulada por governos anti-populares e anti-nacionais, e manifestar o nosso apoio a todas as medidas que o Governo Federal venha a tomar no sentido de frustrá-la e liquidá-la”.

A influência da ideologia de esquerda volta a aparecer no oitavo ponto desse mesmo documento. Diz a letra do documento: “Exigimos ainda do Governo Federal a aplicação imediata das seguintes medidas: (...) reforçamento do monopólio estatal do petróleo através da encampação das refinarias particulares e entrega de toda distribuição do petróleo a própria PETROBRAS, eliminando a ação dos trustes estrangeiros neste setor da economia nacional”.

Ainda nesse mesmo documento a ideologia esquerdista volta a ficar evidente no sétimo artigo. Nele, os autores exigem: “a efetiva distribuição de terras aos milhões de camponeses que dela necessitem”.

\*\*\*

A edição aqui realizada se caracteriza como paleográfica. Assim sendo, os documentos foram reproduzidos conservados todas as características dos originais, acentuação, pontuação, paragrafação, ortografia, etc.

## NOTAS À INTRODUÇÃO

- (1) TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe 64**. 3ª.ed. São Paulo, Editora Brasileira, 1992. p. 123.
- (2) RICCI, Ruda. **Contag e a Crise de Representação no Campo (1979 - 1985)**. Campinas: UNICAMP, 1993, 261. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278970/1/Ricci\\_Ruda\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278970/1/Ricci_Ruda_M.pdf). Acesso em 22 nov. 2017.
- (3) ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no Processo Político no Brasil**. Tradução por: Cecília R. Lopes. São Paulo, Editora Brasileira, 1982. p.241.
- (4) RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização**. São Paulo, Editora Brasileira, 1974.
- (5) STEIN, Leila de Menezes. Capítulo 4: Plebiscito, CGT e Presidencialismo: a construção do trabalhista agrário. **A construção do Sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 - 1964)**. Campinas: UNICAMP, 1997. 176. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997. pp.105 – 159. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280655/1/Stein\\_LeiladeMenezes\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280655/1/Stein_LeiladeMenezes_D.pdf). Acesso em 19 dez. 2017.
- (6) NEVES, Lucília de almeida. **CGT No Brasil (1961 – 1964)**. 1ª. ed. Belo Horizonte, Editora Veja S.A, 1981. p. 225.
- (7) COSTA, Sergio Amad. **O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960 -64)**. São Paulo: Editora do Grêmio Politécnico, 1981.
- (8) LEITE, M. P. **Movimento Grevista no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. p.76 .
- (9) MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **O Brasil de Joao Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro, Editora Puc-Rio, 2006. p. 250.
- (10) MEDEIROS, Leonildo Servalo de. **Reforma Agraria no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo 2003 - (Coleção Brasil Urgente).
- (11) SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 - 1964)**. Tradução coordenada por: Ismênia Tunes Dantas. 7ª.ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982. p. 512.
- (12) BANDEIRA, Muniz. **O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1978. p. 188.

## **O DOSSIÊ**

**DOSSIÊ DA ASSEMBLÉIA GERAL  
ORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO  
NACIONAL DOS TRABALHADORES DO  
COMÉRCIO ARMAZENADOR**

**VITÓRIA – ES, 10,11,12,13 de outubro de 1963**

## **Documento 1**

### **Declaração de Princípios**

Os Arrumadores do Brasil e demais integrantes da categoria do âmbito da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, reunidas na Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, durante os dias 10; 11, 12 e 13 de outubro de 1963, em sua Assembleia, Geral Ordinária, resolvem aprovar a seguinte DECLARAÇÃO DE PRINCIPIOS, nos quais Pautarão as suas lutas reivindicatórias, consolidando a unidade - de toda a categoria.

1º - Continuar lutando no sentido de conseguir a decretação, pelo Governo Federal, da nossa Regulamentação profissional, assim como a aprovação pelo Congresso Nacional do substitutivo elaborado por esta federação para, integrar o Código do Trabalho, no tocante aos serviços dos Arrumadores, contando nessa luta com a participação de todas as categorias profissionais.

2º - Lutar pela uniformização da categoria profissional, no que diz respeito as relações de trabalho, dos salários e as conquistas adquiridas por todos os trabalhadores.

3º - Criar condições para a Federação, de acordo com as determinações desta reunião, para que possa defender com eficiência nos interesses da categoria profissional, amparando-a, orientando-a e criando condições aos Sindicatos para se tornarem elementos de amparo e defesa dos trabalhadores.

4º - Defender intransigentemente a manutenção e ampliação das liberdades democráticas e sindicais, não admitindo o estabelecimento de qualquer regime de exceção que atente contra as conquistas fundamentais dos trabalhadores e do povo brasileiro, integrados ao movimento sindical e unidos às demais forças populares, como única condição capaz de poderem, os Arrumadores, o operariado e o povo em geral, lutarem



contra a fome, a exploração e a miséria em que se debate toda a nação.

5ª - Declaramo-nos contrários à conspiração golpista da minoria reacionária, manipulada por governos anti-populares e anti-nacionais, e manifestar o nosso apoio a todas as medidas que o Governo Federal venha a tomar no sentido de frustra-la e liquida-la.

6º - Declaramo-nos resolutamente solidários com a posição do COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES ao exigir do Senhor Presidente da República a recomposição do Ministério e renovação das chefias dos órgãos que executam, a política do governo. Estes cargos de confiança devem ser preenchidos por homens plenamente identificados com a luta do povo, com a emancipação econômica do país e que tenham compromissos com a manutenção e ampliação das Liberdades Democráticas e também com a realização das Reformas de Base reclamadas pela Nação Brasileira.

7º - Exigimos a Reforma Agrária Radical com a modificação da Constituição Federal, permitindo a indenização dos latifúndios com títulos da dívida pública a longo prazo e a juros baixos para a efetiva distribuição de terras aos milhões de camponeses que dela necessitem.

8º - Exigimos ainda do Governo Federal a aplicação imediata das seguintes medidas:

- a) - monopólio do CAMBIO e a decretação da moratória para a dívida externa;
- b) - rigorosa aplicação da lei que regulamenta a remessa de lucros das empresas estrangeiras;
- c) - reforçamento do monopólio estatal do petróleo através -  
da encampação das refinarias particulares e entrega de toda

distribuição do petróleo a própria PETROBRAS, eliminando a  
ação dos trustes estrangeiros neste setor da economia nacional;

d) - encampação sem compra dos concessionários estrangeiros

da energia elétrica;

e) - revisão imediata e rezoneamento para o salário mínimo;

f) - medidas concretas de contenção do custo de vida e promovendo

drásticas e enérgicas providencias no sentido de melhorar o abastecimento de  
gêneros alimentícios aos centros urbanos.

9º - Pronunciamo-nos pela elegibilidade dos soldados, cabos, sargentos das  
Forças Amadas e Auxiliares bem como a dos analfabetos. E exigimos a imediata  
libertação dos militares graduados e praças que se encontram presos em consequência do  
protesto de Brasília e a extensão desta medida a todos os presos por motivos políticos.

10º - Reclamamos a reforma do atual sistema de estrutura sindical dentro do  
espírito do artigo 159 da Constituição Federal, pela conquista de plena autonomia e  
liberdade sindicais com relação as organizações sindicais internacionais

11º - Exigimos a revogação imediata do Decreto-Lei nº 9.070, que restringe o  
Direito de Greve - O DIREITO DE GREVE É SACRADO E IN- TOCÁVEL.

A estes princípios, declaramos, nos empenharemos com todas as nossas forças,  
reforçando a nossa unidade juntamente às demais categorias co-irmãs, por melhores  
dias para toda a nossa coletividade e pelo progresso da nossa Pátria e bem-estar de  
nosso povo.

Vitória, 13 de outubro de 1963.

a) - Severino Naino Schnaipp - Presidente

Hermôgeas Lima Fonseca - Secretário

## **Documento 2**

### **Sugestões de Ementa ao Código de Trabalho**

A Comissão Coordenadora dos debates e estudos para elaboração da Emenda Substitutiva ao Projeto do Código do Trabalho recolheu preciosas contribuições oferecidas pelos Delegados, nas discussões plenárias, julgando acertado o processo adotado antes de oferecer um esboço Emenda.

Durante os debates verificou-se a diversidade de informações- quanto ao processo da execução do trabalho, peculiaridades locais, e outras formas nas mais diversas modalidades, que não teriam sido vistos, caso trouxesse previamente à discussão um trabalho pronto.

Assim sendo, esse material obtido irá possibilitar um melhor- acerto na sua elaboração. Entretanto, acha que a exiguidade de tempo - não permite atender a um trabalho sério dessa ordem. Por isso, resolveu recomendar ao plenário a aprovação das seguintes medidas:

- a) Que a Diretoria da Federação convoque dentro do Prazo de 15 dias, os elementos para constituírem uma Comissão, marcando data de reunião para elaboração da Emenda Substitutiva a ser oferecida a Comissão encarregada dos Códigos.
- b) Que os elementos sejam fornecidos pelos Sindicatos de Santos, São Paulo, Sal da Guanabara, completada com membros da Diretoria.
- c) Fica a dita Comissão obrigada a imediatamente, após conclusão de seu trabalho enviar cópias a todos os Sindicatos, que ao receberem deverão

apreciar, dando Assembleia para esse fim, e remeter dentro de um prazo estipulado suas observações, dado a urgência que se requer.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1963.

Aprovado.

Severino Naino Schnaipp - Presidente

### **Documento 3**

#### **Sugestões para Criação de Conselhos Regionais**

Os Delegados abaixo assinados, presentes a Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comercio Armazenador;

Considerando que deve haver um maior intercâmbio e aproximação entre os Sindicatos de regiões com características similares;

Considerando que se deve fixar um critério de simplificar a forma que conduza uma assistência efetiva aos Sindicatos da categoria;

Considerando o estreitamento dos laços unitários da categoria em determinadas regiões, para fortalecer a unidade e nos momentos oportunos facilitar a demonstração de solidariedade;

Considerando que dos últimos encontros se evidenciou que há um despertar da categoria num pensamento unitário;

Considerando que essa promissora demonstração de unidade requer o seu estímulo e consolidação, sugerem ao plenário a aprovação das seguintes medidas:

a) - Estabelecer Conselhos Regionais com a finalidade de congregar os Sindicatos das regiões para debates de seus problemas, discutindo- providências para o encaminhamento das soluções dos mesmos, promovendo a solidariedade e dar cumprimento às orientações e determinações da Diretoria da Federação;

b) - Tais Conselhos Regionais subordinarão suas resoluções ao conhecimento da direção de Federação.

c) – As suas reuniões deverão se realizar periodicamente em datas prefixadas, sempre que possível com a presença de elementos da Diretoria da Federação e

extraordinariamente segundo as prementes necessidades provocadas por circunstancias especiais.

d) – A instalação desses conselhos se fará em reunião das respectivas regiões que aprovarão um programa de reivindicações comuns e específicas de importância para os co-filiados, aprovando-se a sua direção e um regimento de seu funcionamento, onde e fixará as suas finalidades e atribuições.

e)- Sugerir que em princípio se estabeleça as seguintes regiões: 1º - Rio Grande do Sul, S.Catarina e Paraná; 2º - S.Paulo, Guanabara, Espirito Santo, E. do Rio; 3º - Bahia; 4º - Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba; 5º R.G. do Norte, Piauí e Ceará; 6º Maranhão, Pará, Amazonas e Macapá.

Sala das Sessões, 12 de outubro de 1963.

Aprovado.

Severino Naino Schnaipp - Presidente

## **Documento 4**

### **Sugestões para os Contratos Eletivos**

Comissão encarregada dos estudos do problema da Convenção Coletiva de Trabalho para o âmbito nacional, no que diz respeito ao trabalho dos Arrumadores nos portos organizados, depois dos exames dos vários contratos coletivos de trabalho, chegou à seguinte conclusão:

- a) Aceitar o contrato coletivo de trabalho dos companheiros de Belém do Pará, por acharmos que o mesmo é o mais aceitável em virtude de maiores vantagens que tem para os trabalhadores;
- b) Ficar a Federação Nacional dos Arrumadores obrigada a estudar os outros contratos coletivos de trabalho e mudá-los sempre para melhor como também qualquer artigo da presente indicação;
- c) Recomendar a todos os órgãos sindicais, que tenham contrato coletivo de trabalho com os portos e porque tenham as suas datas de término de duração antes de setembro de 1964, que os prorogue apenas até o mês de setembro de 1964;
- d) Recomendar que na primeira quinzena do mês de julho de 1964, se reúna- na Federação os representantes credenciados pelos Sindicatos interessados no Convênio, com a finalidade de discutirem e aprovarem um contrato Coletivo Unitário de Trabalho, pois como sabem os companheiros, o poder concedente é o Ministério de Viação e Obras Públicas;
- e) Incumbir a Federação Nacional dos Arrumadores de estender o Contrato Coletivo de Trabalho até aqueles companheiros que trabalham para os portos

desorganizados e para o comércio;

- f) Recomendar aos órgãos sindicais, no que diz respeito aos horários de trabalho, que fica a seu critério de acordo com os seus âmbitos regionais e com a conveniência dos seus locais de trabalhos.

Companheiros:

O tempo que tivemos para debater o assunto foi pouco e por isso, sentimos não poder apresentar um trabalho melhor, mas este trabalho embora pequeno, reflete o pensamento da Comissão e por isso se acha assinado por todos os componentes da Comissão.

.

a)- Antônio Soares Pereira; Mario Correia da Silva; Enrico Monteiro; Salen Soares de Goes e Romeu Rangel.

Sala das sessões, 12 de outubro 1963

Aprovado

Severino Naino Schnaipp - Presidente



## **Documento 5**

### **Regimento Interno da Federação**

Os Delegados infra-assinados, apreciando o item do ponto da Ordem do Dia - Interesses Gerais - referente à elaboração de um Regimento Interno da Federação, tendo em vista à exiguidade do tempo e não ter sido apresentado um esboço para debate, considerando que há necessidade de um tal documento disciplinador do funcionamento de nossa Federação, vêm submeter à consideração do plenário a aprovação da seguinte Resolução:

"O Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, reunido em sua Assembleia Geral Ordinária, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, em 12 de outubro de 1963, tendo em vista disciplinar o funcionamento de sua Federação, para que a mesma se capacite a dar fiel cumprimento às suas finalidades:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Delegar poderes à Diretoria da Federação para elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 2º - O Regimento já deverá ser de molde a atender à futura modificação de seus Estatutos.

Art. 3º - Elaborado o Regimento Interno, deverá ser enviado cópia a todos os Sindicatos filiados, que devolverão com o seu "aprovo", que constituirá o "referendum" do Conselho de Representantes para sua validade legal.

Art.4º - Fixa o prazo de 120 dias para feitura do Regimento Interno, findo o qual, cumprido no disposto no artigo anterior, iniciará sua

vigência legal.

Sala das Sessões, 12.10.1963

Aprovado

Severino Naino Schnaipp - Presidente

## **Documento 6**

Ata da 1º Reunião, 10/10/1963

Aos dez dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, as oito horas da manhã, na sede do Sindicato dos Arrumadores e dos Carregadores e Ensacadores de Café e Sal do Estado do Espírito Santo, situada à Avenida Getúlio Vargas, 147 1º andar, na Cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, conforme edital de convocação publicado no Diário Oficial da Federação de 18 de setembro de 1963, página 8048, em primeira convocação, reuniram-se os membros do Conselho de Representantes, afim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1º - Leitura, discussão e votação da ata anterior; 2º - Leitura, discussão e votação do Relatório do ano de 1962; 3º - Leitura, discussão e votação da Previsão Orçamentária para o ano de 1964; 4º - Votação de Suplementação de Verbas; 5º - Assuntos Gerais e aprovação do Balancete da compra da sede. Declarando aberto os trabalhos, o Presidente Severino Naino Schnaipp fez a leitura do edital de convocação e em seguida a ata anterior, passando a leitura do Relatório e Balanço de 1962. Com a palavra o membro do Conselho Fiscal, Gaudêncio Carvalho, fazendo uma apreciação sobre o Relatório, dizendo que o Diretoria da Federação merece confiança, razão pela qual solicitava a aprovação do plenário, ressaltando que os débitos de Sindicatos, por solicitação de companheiros que os mesmos sejam dispensados. A seguir falou o companheiro de Delegação da Ilhéus sobre um débito de um companheiro de seu Sindicato que deverá pagar, sugerindo que quando houver caso de necessidade, possa a Federação ajudar, propondo, porem que sejam os Sindicatos notificados para pagar os débitos. O Presidente da Federação lê a relação dos débitos. Com e palavra o companheiro Francisco Pacheco, do Sindicato de Santos, diz que é com tristeza que considera a precária receita da Federação e que aos Sindicatos cabem a culpa de não ter a Federação recursos

suficientes para atender às suas necessidades. Com relação a assistência financeira, propõe que seja dada quando necessária a ser aplicada honestamente. Fala o companheiro de Belém do Pará para protestar por não ter sido feito referência às contribuições de seu sindicato, tendo sido explicado ao mesmo que se deu por satisfação. Fala o companheiro Walter J. da Costa sobre o Relatório, no que se refere aos empréstimos que sejam remetidos aos Sindicatos. O companheiro de Paranaguá que reclama sobre a sua contribuição de apenas 34.000,00 e que iria verificar, pois, não se conforma com esse total e levanta a questão de contribuição dos 20 cruzeiros, e protestando contra os Sindicatos que não contribuíram. Fala o companheiro de Joinville, solicitando a aprovação do Relatório e quanto as dividas acha que cada Sindicato deve pagar, porem deve ajudar aos que estiverem devidamente credenciados. O Companheiro de Laguna cita o caso ocorrido com a apresentação dos companheiros em outro Sindicato do Rio Grande, que um dos quais ludibriou os companheiros que o receberam. Com a palavra o companheiro Mauro José de Oliveira sobre a questão de associações frias que enviam elementos para Sindicatos, advertindo que deverá haver vigilância. Com a palavra, o companheiro Leonardo, de Curitiba, sobre a ajuda que a Federação deve dar aos Sindicatos em situação difícil precisam ir ao Rio para tratar de assuntos de interesse da sua classe. O companheiro Pedro Guedes, de Fortaleza, dirige-se ao Presidente do Sindicato de Vitória, expressando os seus agradecimentos pela acolhida aos Arrumadores de todo o Brasil, reportando-se, a seguir, ao Relatório dizendo-se satisfeito com o mesmo, lamentando ainda que muitos Sindicatos não tenham dado as suas contribuições para a Federação que necessita de ser libertada para que possa cumprir a sua finalidade e apele para que a Assembleia aprove o Relatório. O Presidente submete a aprovação as propostas: Que as dívidas contraídas por alguns companheiros sejam pagas pelos respectivos Sindicatos. Aprovada. Que a Federação continue a prestar auxílio a delegados que em situação difícil lá aparecerem,

porém, devidamente credenciados. Aprovado. Quanto aos débitos incobráveis, fica a Diretoria autorizada a leva-los a despesas gerais, cujos débitos foram c o n t r a í dos por entidades que não mais existem. A seguir o Presidente concedeu a palavra ao companheiro Hermógenes Lima Fonseca, para apresentar o balancete referente a compra da séde, que antes fez uma exposição das providencias levadas a efeito para a aquisição da séde própria, à Rua Mayrink Veiga, 32, sala 1.104 adquirida, pela importância de C\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), nas seguintes condições: C\$1.500.000,00 a vista e o restante de C\$700.000,00 para ser pago em 36 prestações de C\$23.520,00, ficando acrescido dos juros pela tabela de preço, totalizando C\$837.000,00. Quanto aos recursos foram obtidos através de contribuição de várias Sindicatos se comprometeram a dar por ocasião do Congresso em Salvador, a qual totalizou C\$506.000,00,- tendo sido feito um apelo a outros Sindicatos por alguns companheiros que se encontravam no Rio, dirigido a oito Sindicatos, cujo atendimento ao apelo, importou C\$900.000,00 e que possibilitou um recurso extraordinário de C\$1.400.000,00, sendo o restante de C\$100.000,00 coberto pela Federação de suas rendas próprias, conforme está demonstrado no balancete. Para a compra dos moveis necessários, foi solicitado um empréstimo de 60 mil cruzeiros ao Sindicato de Cabo Frio. Quanto ao empréstimo de dois milhões solicitados à Caixa Econômica Federal, como financiamento para a compra da séde, ficou em pendência, solicitando-se a prorrogação do prazo que deverá se expirar em 3 de novembro, tendo-se em vista adquirir em prédios em construção salas maiores para que nelas se possa instalar os serviços de secretaria e Presidência, permitindo fazer-se um pequeno auditório. Solicitou a palavra o companheiro de Laguna que se congratulou com a Direção da Federação

por mais essa conquista. Ainda com a palavra o companheiro de Valença, também se congratulou pela compra da sede. Finalmente, o companheiro Francisco Pacheco que se reportou a essa vitória da Federação, libertando-se da situação vexatória em que se encontrava, dizendo que agora devemos ter em mira a ampliação da sede. Submetido o Relatório a Balanço de 1962 à aprovação, obedecendo às determinações legais, mandou o Presidente que se procedesse a votação, POR ESCRUTINIO SECRETO, cujo resultado foi aprovado por unanimidade de votos. Passando ao 2º ponto da ordem do dia: Aprovação da Proposta Orçamentária para 1964. Antes de submeter à discussão a proposta orçamentária, o sr. Presidente teceu uma série de considerações quanto a elaboração da proposta, justificando a fixação das verbas fixadas para corresponder às despesas, principalmente, da necessidade de viagens para assistência aos Sindicatos. Com a palavra o companheiro Pacheco, chama a atenção dos companheiros para a importância da matéria a ser discutida, ou seja, a Previsão Orçamentária. Fala o companheiro Alipio dos Santos, de Ilhéus, mostrando a importância de os Sindicatos tomarem posição firme para dar os recursos necessários à manutenção da Federação. Fala o companheiro de Laguna, Henrique Ramos Fortes Filho, pedindo esclarecimentos sobre o orçamento para 1963, apresentando argumentos favoráveis, entretanto, estranha que a Receita não se baseie em dados concretos. O companheiro Joselino Neves de Oliveira, do Pará, emite sua opinião a respeito dos pequenos Sindicatos, pois, o seu Sindicato tem condições de aumentar a contribuição, porém, não sabe se poderão os pequenos Sindicatos. Fala o companheiro Gaudêncio Carvalho, dizendo que é uma necessidade dar recursos para corresponder às

exigências, cabendo aos companheiros a responsabilidade de estudar os recursos, achando que devemos aprovar a proposta, independente do plano que será apresentado quando se discutir a questão do Aparelhamento da Federação. Aparteado pelo companheiro de Laguna, dizendo que deve ser levado em consideração os recursos que deverão ser apresentados. O Presidente dá esclarecimentos a respeito dos recursos. Conclui o companheiro Gaudêncio, dizendo que a proposta não depende do plano para ser aprovada. Com a palavra do Companheiro Romeu Rangel, dizendo de que a proposta orçamentária foi feita após um acurado estudo, tendo em vista as necessidades da Federação. Propõe que seja aprovada a proposta orçamentária, ou seja, que o Presidente submeta a aprovação. O companheiro Alipio dos Santos levanta a necessidade de aprovar sem se precisar mais se discutir, pois acha que está mais do que esclarecido. O companheiro Francisco Ribeiro de Almeida, de Cabo Frio, fala sobre a elaboração da proposta que teve em mira as necessidades da Federação, acrescentando que os recursos serão conseguidos facilmente, a serem oportunamente sugeridos pelo companheiro Romeu, terminando por apelar para que a mesma seja aprovada. Pela ordem, o companheiro de Laguna diz achar que a aprovação da proposta vai depender da aprovação do plano de recursos. O companheiro de Santo Amaro, esclarece que tem receios que sejam impostas medidas que não estejam a altura dos seus recursos, ocasionando sacrifícios. O Presidente solicita ao companheiro Romeu Rangel para que esclareça a proposta de plano de recursos, que é dar à Federação a taxa de um por cento das 25 diárias. Fala o companheiro de Valença, dizendo que dá inteiro apoio ao companheiro Romeu, no sentido

de ser aprovada a proposta orçamentária. Dando por terminados os debates, o sr. Presidente submete a votação, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, verificando-se como resultado a aprovação por unanimidade de votos. Com a palavra o companheiro Pacheco, que sugere que amanhã, na primeira hora, seja discutido o primeiro Item do ponto INTERESSES GERAIS: Emenda ao Projeto do Código do Trabalho. O Presidente avisa que amanhã, às 13 horas, deverão dar entrada na secretaria o registro de chapas para a eleição da Diretoria. Sugere também que seja constituída uma comissão para estudar a proposta de um Convênio Padrão dos portos organizados e o estudo de outro Convenio para o comércio. Nada mais havendo a se tratar, o sr. Presidente darpor encerrados os trabalhos e eu, Hermógenes Lima Fonseca, servindo de secretário, de tudo pare constar, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pela Assembleia, vai devidamente assinada pelo Presidente e demais membros da mesa. Vitória, 10 de outubro de 1963. a) Severino Naino Schnaipp - Hermógenes Lima Fonseca.



## **Documento 7**

Ata da 2º Reunião, 11/10/1963

Às oito horas da manhã do dia onze de outubro de mil novecentos e sessenta e três, sob a presidência do companheiro Severino Naino Schnaipp, foi dado prosseguimento à Assembléia Geral Ordinária, no auditório do Sindicato dos Arrumadores e dos Carregadores e Ensacadores de Café e Sal do Estado do Espírito Santo, à Avenida Getúlio Vargas, 247, 1º andar, em Vitória, Estado do Espírito Santo, na sua 2º reunião plenária. O Presidente dando conhecimento do assunto a ser debatido, convidou o companheiro Pedro Guedes Filho, representante do Sindicato dos Arrumadores de Fortaleza, Ceará, para presidir os trabalhos de estudo sobre a emenda a ser apresentada ao Código do Trabalho. Assumindo a direção dos trabalhos o companheiro Pedro Guedes deu conhecimento de uma sugestão apresentada à mesa para que fosse constituída uma comissão coordenadora dos debates, tendo em vista que melhor seria se tomar conhecimentos das opiniões dos delegados de várias regiões e como os mesmos encaravam essas condições de trabalho. Foram indicados os companheiros Francisco Pacheco, de Santos; Alipio Santos, de Ilhéus; Gaudêncio Carvalho, Hermógenes Lima Fonseca e outros companheiros relatando, digo, de cada região. Submetido o assunto em discussão, falaram vários companheiros relatando as condições de trabalho em seus locais, cujas informações foram arrojadas pelo companheiro Francisco Pacheco que serão tomadas como subsídios à COMISSÃO que deverá estudar a elaboração de uma emenda. Antes de se ter procedido as discussões foi cedida a palavra ao companheiro Hermógenes Lima Fonseca que para o plenário os documentos que foram apresentados ao Grupo de Trabalho, nos quais se fixaram as diretrizes e teses com relação à regulamentação da profissão. Tais documentos foram apresentados aos Delegados. Suspensos os trabalhos para o almoço, foram reiniciados na

parte da tarde, tendo sido indicado para a presidência dos trabalhos o companheiro Agenor Bomfim, do Sindicato de Salvador, que alegou preferir fazer a indicação para o companheiro Durval Faustino, que é o Delegado à Federação. Assumindo a direção dos trabalhos o companheiro Durval, deu prosseguimento às discussões sobre o assunto em pauta. Após demorados debates e informações trazidas pelos Delegados, o Presidente deu por encerrados os trabalhos do presente 2º reunião, cujas anotações serão estudadas pela comissão coordenadora que se encarregará de sugerir as medidas a serem tomadas quanto a elaboração de uma emenda a ser apresentada ao Código de Trabalho, por intermédio do Dr. Evaristo Moraes Filho, com quem já entrou em contacto o Presidente de Federação.

## Documento 8

Ata da 3º Reunião, 11/10/1963

Às vinte horas do dia onze de outubro de mil novecentos e sessenta e três, foi dado prosseguimento aos debates dos itens do 5º ponto da Ordem do dia, com a presença do conselheiro Francisco Murcia Coupan, membro do Conselho Administrativo do IAPETC. Declarando reiniciados os trabalhos, o Presidente Severino Naino Schnaipp fez a apresentação aos delegados do companheiro Francisco Murcia Coupan, que a convite desta Federação veio a Vitória para um contacto com companheiros de vários Estados, debater problemas da Previdência Social. Inicialmente o Conselheiro Coupan fez uma ligeira explanação das condições do IAPETC, dizendo que em 30 meses tivemos 5 presidentes no Instituto, falando da intenção de elementos reacionários em pretender modificar o critério administrativo das autarquias e que, para isso, existem 6 ou 8 projetos em tramitação na Câmara Federal visando substituir o sistema de colegiado, colocando-se, a seguir, à disposição dos Delegados dos Sindicatos dos Arrumadores. Com a palavra o companheiro de Paranaguá solicita informações a respeito do reajustamento dos benefícios e em seguida falou sobre a indicação do sr. Odair Cosme para a delegacia do IAPETC no Paraná, cuja indicação havia sido solicitada por todos os Sindicatos do Paraná. Respondeu o companheiro Coupan que o Ministro havia mandado sustar a nomeação, passando a explicar a respeito do reajuste, que não está somente atrasado para o Paraná, porém, também para os demais Estados. Solicita ao companheiro que lhe dê cópias das reclamações, afim de facilitar o encaminhamento de soluções. CURITIBA - Fala o companheiro do Sindicato de Curitiba, reportando-se à questão política da nomeação do sr. Nelson Jorge para a Delegacia de seu Estado, informando de que a Delegacia suspendeu o recebimento das contribuições dos Arrumadores, dizendo que seriam devolvidas as

contribuições feitas, deixando, assim, seus companheiros desprotegidos da Previdência Social, voltando a falar sobre o caso do Delegado. O Conselheiro Coupan explica que conhece o sr. Odair, que é Delegado na Federação da qual faz parte e que o mesmo não tem condições para ser Delegado e que o seu companheiro Odair, se pretendia ser Delegado do IAPETC no Paraná, deveria ter se dirigido a êle, manifestando sua intenção, o que não o fez. Insiste o companheiro de Curitiba em dizer de que a Delegacia não quer receber as contribuições dos companheiros. O Conselheiro declara que assumirá o compromisso de falar com o Ministro a respeito da Delegacia do Paraná. O Delegado de Vitória pergunta qual a razão de que a segurados do IAPETC uns recebem uma importância e outros não ou vem o reajustamento para uns e outros não recebem. Explica o Conselheiro que tanto os benefícios, como o reajustamento é feito de acordo com o texto da lei que regula a concessão de benefícios, que é necessário se conhecer cada caso.

PERNAMBUCO - o companheiro de Pernambuco se refere à questão do atraso do reajustamento, tendo provocado um conflito na Delegacia de Pernambuco, alegando que o tratamento desigual no pagamento dos benefícios não se justifica, porquanto todos tem a mesma contribuição e que já se fez reclamação neste sentido. Diz o Conselheiro Coupan que não conhece o processo, aconselhando que se faça uma representação direta ao Conselho Administrativo das irregularidades apontadas pelo companheiro. - ILHEUS - Apresenta, por escrito suas reclamações sob o título: DEFICIÊNCIAS DO SERVIÇO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - SETOR DE ILHÉUS - BAHIA, juntada à presente ata. A seguir oralmente faz uma série de acusações à Delegacia do IAPETC em Salvador, relatando que segurados de Ilhéus e outros lugares distantes de Salvador têm de se locomover para tratamento, a Agência não dá condução, citando o caso de um companheiro de seu Sindicato que foi para Salvador e lá morreu, só tomando conhecimento por intermédio do Sindicato de Salvador e que o enterro foi feito pelos

Estivadores. O Conselheiro indaga: Quem é o Delegado? Alberto Santos, estivador e que o mesmo se encontra à frente da Delegacia há muito tempo. Quanto à questão do percentual de 1% em cada 12 contribuições, é levada em consideração para efeito da aposentadoria, segundo recomenda a Lei. Se há erro da Delegacia deve ser visto pela Junta de Julgamento e Recurso, cujos representantes deverão observar essas irregularidades nos processos que vão às suas mãos e que os mesmos não devem relatar processos nessas condições. Com um aparte o companheiro de ARACAJU, que faz parte da JJr de seu Estado, explica que como suplente da Junta tem assim procedido, evitando essas irregularidades. LAGUNA - o companheiro de Laguna fez reivindicações, juntadas à presente ata, apresentando 3 reivindicações. SANTO AMARO - BAHIA, o companheiro do Sindicato de Santo Amaro apela para que seja solucionado a questão do posto médico que existe em Santo Amaro, cuja instalação não funciona por falta de contrato com o médico, pois o médico para atender no seu consultório não oferece condições, por não comportar os segurados, razão pela qual pede providências no sentido de ser reaberto o posto que se encontra fechado, evitando-se as serias dificuldades criadas, obrigando a se locomoverem para Salvador. RIO GRANDE - Lê o seguinte: REGULAMENTO GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. -"Considerando que os dispositivos estatuídos neste diploma legal e aprovado pelo Decreto nº 48.950 de 19 de setembro de 1960, não vem sendo observado integralmente pela Instituição Previdenciária, especialmente o item 1º do art 40, ao qual se vem dando significação inoportuna especialmente em se tratando de moléstias incuráveis, como moléstias mentais, tuberculose com fibrose pulmonar ativa, a cujos pacientes é dispensado o período de carência. Considerando ainda que pela nova Lei de Previdência Social e respectiva regulamentação é facultado ao Instituto cassar as aposentadorias temporárias, após os cinco anos, nos casos registrados após a promulgação da Lei acima citada, e que numa atitude contrária aos dispositivos legais, se vem dando um trato em

igualdade de condições, para os que já haviam completado CINCO anos em gozo de benefícios e aposentadoria, propomos que seja parte integrante da mensagem que acima propomos, solicitando providencias imediatas no sentido de sustar a continuação de tal erro. Lembramos ainda que com relação a esta matéria, o Supremo Tribunal Federal, dando uma interpretação humana, já agora adotada também pelo próprio Ministro do Trabalho e Previdência Social, que em grau de revisão vem confirmando decisões do C.S.P.S. que afinam com a orientação do Supremo. O Diário Oficial de 27 de março último, à página 3.171, vimos que o Ministro apreciando o processo do M.T.I.C: nº 202.927/55 aprovou parecer do seu Consultor Jurídico, tornando definitiva as aposentadorias temporárias concedidas a mais de CINCO anos à data da promulgação da Lei citada. Em contravenção à doutrina firmada, vem a Instituição cassando as aposentadorias dos segurados que gozam desse direito. Neste setor importante, o da Previdência e Assistência Social, é gritante a violação do direito. O sistema de fiscalização dos IAPETC é executada sob o regime de itinerância. Um fiscal é escalado para proceder a corrida fiscal, faz a corrida e fica estagiado no máximo 30 dias na cidade, recolhendo-se após a sede da Delegacia Regional. Na próxima corrida é escalado outro Fiscal, que em suma desconhece a situação dos empregadores e começa outra vez aonde o precedente havia começado. A praxe de recolhimento adotada pela maioria dos Empregadores é mediante o uso das folhas suplementares. Retém assim o recolhimento ao órgão arrecadador das importâncias arrecadadas, fazendo o pagamento ao Instituto com o ridículo juro de 1% ao mês. E assim um alto negócio para eles e criam para o Instituto sérias dificuldades e para os segurados a pior da situação, atraso do pagamento, dependências, benefícios por enfermidade, originados da deficiência econômica da Instituição. SUGERIMOS, que após ouvido o plenário, esta Reunião elaborasse e enviasse aos Deputados Federal pelo Rio Grande do Sul, Fliriceno Paixão e Adylio Martins Vienna,

solicitando que seja extinta essa praxe e adotada o estágio mínimo de 90 dias de permanência para o fiscal nas localidades, onde há grande volume de armazenamento e movimento de mercadorias importadas ou exportadas e que a mão de obra é executada pelos Arrumadores e demais trabalhadores avulsos. JOINVILLE - O companheiro de Joinville reclama que a Agência de Joinville ficou só com um médico, havendo tirado todos os benefícios e assistências, já tendo solicitado as providências. Responde o Conselheiro Coupon que o Conselho Administrativo não tem culpa e que a mesma é do D.N.P.S. que alega que os médicos credenciados criam vínculo empregatício, recomendando que encaminhem telegrama ao Conselho Diretor do DNPS, protestando contra essa medida prejudicial. JOINVILLE volta a falar dizendo que há três meses de atraso no pagamento do auxílio a natalidade. O Conselheiro Coupon explica que na região que vive somente trabalhadores de mineração as condições são deficitárias, sugerindo que façam uma representação sobre a Agência. PARÁ - Fala o companheiro do Pará, declarando que embora a arrecadação do Pará seja suficiente, porém, ficam na dependência da autorização das verbas, havendo casos de auxílio de natalidade serem pagos com o atraso de dois anos, quando a criança já está andando e falando. A seguir consulta sobre o embaraço da criação do SAMDU no Pará. Responde o Conselheiro que o problema está afeto ao D.N.P.S., devendo a solicitação ser dirigida àquele órgão, solicitando a criação do SAMDU. O Presidente da Federação explica que a criação dos postos do SAMDU está ligado ao problema político e que há ambulâncias na Guanabara pertencentes ao SAMDU. SANTOS - SP.- Com a palavra o companheiro Pacheco do Sindicato dos Arrumadores de Santos, inicia dizendo que é realmente desolador a situação da Previdência e que necessita de uma transformação na Administração, fazendo várias críticas, concluindo para dizer que na prática não há nada, dando exemplos das filas que começam às 0 horas da madrugada para esperar uma consulta médica, verificando-se filas

para tudo. Os benefícios são pagos com um atraso de 7 meses. Denuncia que para os casos de internamento, digo, intervenção cirúrgica, só são feitos os internamentos se os pacientes conseguirem três pessoas para fornecer sangue. CABO FRIO - Diz o companheiro de Cabo Frio que lá também sofrem das mesmas deficiências e que se fosse inumerar as irregularidades gastaria muito tempo. Quanto a assistência médica somente há um médico que dá duas horas de consulta, fazendo um apelo para que se dê uma solução para a agência local, pois há agentes que se dizem donos do Instituto. Responde o Conselheiro Coupan que o Delegado é um companheiro estivador e que não trouxe nada ao conhecimento do C.A. - PORTO ALEGRE - No sul, diz o companheiro Escalante, a coisa de apavorar o que se observa nas agências do IAPETC. Para se tratar um caso qualquer com a Agência em Canoas o segurado dá geralmente 10 viagens para a entrega de documentos. É uma verdadeira via crucis, de Porto Alegre a Canoas, de Canoas a Porto Alegre, naturalmente para que o segurado morra mais depressa. Quanto ao déficit, a culpa não é nossa e sim do Delegado. O Conselheiro Coupan informa que o Delegado foi indicado pela Inter-Sindical. Volta a falar o companheiro de Porto Alegre para dizer que há mais de 4 mil homens trabalhadores que não contribuem porque não há fiscalização. Que em Cachoeira do Sul são feitos os descontos das contribuições, mas os engenhos não recolhem e que foi feito um levantamento, mas que não concordam em recolher. Coupan informa que já foi uma comissão para tratar do assunto. Diz o companheiro Escalante que se der aos trabalhadores o direito de fiscalizar que provará que a situação melhorará. VALENÇA - BAHIA - O companheiro de Valença diz que em sua localidade só há um médico e tem casa de saúde, porem, não dá assistência, passando a citar o caso de sua filha que foi hospitalizada e teve que pagar setenta mil cruzeiros e que o Instituto se recusou a pagar. Faz várias reclamações no que se refere às contribuições. Explica o Presidente da Federação quanto a questão das contribuições pelo real percebido, enquanto o acidente de



trabalho é pago pelo mínimo que irá esclarecer aos companheiros da maneira de proceder.

SÃO LUIZ DO MARANHÃO: - Fala o companheiro Gaudêncio sobre a questão da COMUNIDADE HOSPITALAR de São Luiz, que não está funcionando suficientemente por deficiência administrativa. Denunciando vários fatos ocorridos, como que se verificou no dia 1º de agosto de 1963, com Julia Rosa dos Santos que tendo sido hospitalizada foi assistida por um acadêmico do 3º ano de medicina, de nome Florentino e outro fato de Maria das Neves foi também assistida pelo acadêmico, dando datas dos fatos. Dizendo mais que uma acadêmica foi operar uma segurada e que a mesma morreu por inexperiência da aluna de medicina. A seguir fala a respeito de acidentes do trabalho, dizendo que 60% do movimento de cargas é feito através de veículos e quase sempre não são do Maranhão e que não pagam a taxa de acidente. Aparteia o companheiro Pacheco, informando que em Santos há uma exigência da assinatura do empregador na guia e que o Sindicato adotou a medida de colocar um carimbo na nota. Volta a falar o companheiro do Maranhão, dizendo que o Delegado não fiscaliza e não dá competência ao Sindicato para cobrar a taxa de acidente e entrega-la ao Instituto. Aparteia o companheiro de Alagoas para informar que em Alagoas fazem a cobrança. Finalmente, o companheiro Gaudêncio de São Luiz, apelando para que se tome uma providência, afim de regularizar o funcionamento da comunidade hospitalar. O Conselheiro Coupan presta esclarecimentos quanto à Comunidade Hospitalar.

SALVADOR - Ba: Fala o companheiro Caetano, sugerindo que da maneira que estamos apresentando nossas reclamações não resolve, porque apenas nos limitam a dizer que os Delegados não prestam, é necessário que fundamentemos nossas reclamações a respeito do funcionamento da Previdência Social. Concedido um aparte ao companheiro Wilson de Ilhéus que informa que fez suas reclamações e sugestões por escrito, fundamentadas no próprio Regulamento da Previdência. O orador agradece a lembrança e louva a iniciativa do companheiro,

acrescentado que quanto a questão dos Delegados pelas delegacias tem passado doutores, professores, etc. e nada tem feito e que o fato de serem alguns delegados trabalhadores não quer dizer que a culpa seja deles por serem trabalhadores o que temos que fazer é estudar uma solução para o caso e que os trabalhadores têm competência bastante para isso. Para citar o caso dos hospitais de Salvador. O Conselheiro Coupan indaga do orador se o Delegado de Salvador tem reunido com os companheiros. Não, responde o companheiro Caetano. Porque ele é vaidoso, responde o Conselheiro Coupan. Vitória - Solicita informação o companheiro Augusto Oliveira sobre a possibilidade da construção de um hospital em Vitória e que a obra ficaria em 70 milhões. O Delegado do IAPETC, sr. Antônio Barbosa, dá explicação sobre o assunto, de que realmente se cogitou do assunto, porém, um tal empreendimento fica caríssimo, principalmente na atual conjuntura econômica de nosso país. IMBITUBA - o companheiro Estevão solicita, informação a respeito da solicitação dirigida à administração do IAPETC para firmar um convênio com o Hospital de Imbituba. Informa o Conselheiro Coupan que já foi aprovado. Imbituba pergunta sobre a questão depende do D.N.P.S. que só permite credenciamento de médicos que possuam seus consultórios particulares. Pergunta Imbituba sobre a verba destinada ao pagamento dos beneficiados. Responde o Conselheiro que já foi despachado o cheque de 10 milhões para efetuar os pagamentos. Pede Imbituba a criação de uma agência em Imbituba e que não há dentista para atender aos segurados e que o médico atende apenas duas horas por dia, quando tem a obrigação de atender 4 horas e que se dentro da hora for chamado para atender um segurado em sua casa cobra mil cruzeiros para ir. FORTALEZA - Diz o companheiro de Fortaleza, que em Fortaleza cobra 2 mil cruzeiros para desocupar (parto). Informa ainda o companheiro que há filas para receberem o benefício e que a Delegacia não tem dinheiro para pagar, recorrendo às vezes ao Sindicato para adiantar importâncias afim de satisfazer as despesas, que tem saído com o Delegado para conseguir

dinheiro. CURITIVA - Volta a falar o companheiro de Curitiba sobre o caso da Delegacia do Paraná com a indicação do sr. Odair Cosme para Delegado, que não sendo nomeado por haver interesses políticos e que a Delegacia fica sem Delegado. Faz reclamações quanto a assistência que não é dada e que a JJR é contra os Arrumadores, fazendo um apelo para que se procure resolver a questão da Delegacia. Responde o Conselheiro que na questão da Delegacia do Paraná houve determinação do Ministro para não nomear. Volta a replicar o companheiro de Curitiba para dizer que a indicação do sr. Odair foi feita por 150 Sindicatos do Paraná que aprovaram a sua indicação e que em torno da questão está havendo a interferência do Deputado Bufará, que é um gorila do Paraná. ARACAJU - Diz o companheiro de Aracajú que da maneira como se está procedendo a aposentadoria especial e que sobre a mesma ninguém sabe informar. Responde o Conselheiro Coupan que ainda não foi regulada pelo DNPS, que até o momento não expediu instruções. ESPIRITO SANTO - Fala o companheiro Romeu dizendo que nada tem a reclamar quanto ao Delegado do Espírito Santo, que vive em harmonia com os Sindicatos, trocando ideias e procurando resolver os problemas dos segurados. O que há são as dificuldades que enfrenta o Delegado e a Delegacia local, principalmente por falta de espaço para sua organização, mas que já o Delegado conseguiu um outro local que dentro em breve será mudada a Delegacia, necessitando também de funcionários para atender aos serviços. Pede um aparte o companheiro de Ilhéus para denunciar o caso de um associado seu que morreu em consequência de um acidente e que o médico atestou colapso cardíaco. Prossegue com a palavra o companheiro Romeu para denunciar que está sendo tramado a retirada de 10 milhões destinados à Delegacia local e que se efetivado trará prejuízos aos trabalhadores. Faz um apelo ao companheiro Coupan para que explique qual o motivo verdadeiro e qual o defeito que tem o companheiro indicado pelos Sindicatos do Paraná para ser Delegado. Responde o Conselheiro Coupan que o companheiro Odair Cosme é semi-analfabeto, não

tem conhecimentos suficientes para dirigir a Delegacia, pois o mesmo não sabe redigir um ofício. Replica o orador: - Só então doutor que deve saber dirigir ? Intervém na discussão o companheiro de Curitiba para informar que o Delegado anterior deu um prejuízo de Cr\$7.083.430,90 do Sindicato do Café. Fala o companheiro Gonçalo Piedade do Sindicato do Sal, da Guanabara para dizer que a situação na Guanabara é pior, com filas intermináveis e que para internamento não há vaga, não há lençol, não há material. Intervém o companheiro de Salvador dizendo que há quasi morte quando vai receber o benefício, havendo até roubo do pagamento. Sugere que os pagamentos deveriam ser feitos por meio de cheque. Continua com a palavra o companheiro da Guanabara, denunciando que para se obter um internamento em um hospital é preciso dar propina, passando a relatar vários casos de irregularidades. Responde o companheiro Coupan, dizendo que o hospital no Rio tem 700 leitos e que dá assistência, quanto à questão de se dizer que não há nada de assistência não é verdade. Intervém o companheiro Walter, do Sindicato do Sal da Guanabara, declarando que a situação é das mais difícil, sendo das maiores dificuldades para se conseguir um internamento no hospital, relatando o caso que com ele próprio ocorreu com sua esposa que ameaçou de deitar na portaria do hospital até que fosse atendido. Solicitou, então, companheiro Coupan que quando chegarem ao Rio iriam juntos fazer uma visita. Ao que respondeu o Conselheiro Coupan, dizendo que estará às suas ordens e que bastará dar um telefonema, marcando o dia e hora para uma visita. Em seguida fala o companheiro Arlindo, do Espirito Santo, relatando a sua situação quando teve que ir para o Rio se submeter a uma operação, cuja dificuldade se deve à questão da transferência de processo daqui para lá, passando a relatar o caso ocorrido com pessoa sua conhecida no recebimento de benefício. Com a palavra o companheiro Presidente da Federação, teceu comentários a respeito das reclamações apresentadas e que muitas delas dependem de uma maior vigilância dos companheiros, principalmente,

quanto à indicação de Delegados e da eleição dos membros das JJR. Falou, finalmente, o companheiro Coupan, dizendo de seu agrado em ter esse encontro com os companheiros de todo o Brasil e que estava à disposição dos mesmos e quanto às reclamações apresentadas iria procurar encaminhar providências para que se consiga solucionar, entretanto, dependem muitas delas de que sejam feitas de maneira concreta, denúncias comprovadas e nunca de informações que não se possam comprovar. Sugeriu que em muitos casos que os companheiros façam diretamente ao Conselho, quando não solucionarem diretamente com um contacto com os Delegados, terminando por agradecer as atenções dispensadas. O Presidente Severino NainoSchnaipp apresentou os agradecimentos ao companheiro Coupan pela atenção dispensada ao convite para esse encontro com os Arrumadores do Brasil aqui reunidos para debaterem seus problemas. Foi encerrada essa reunião.

## Documento 9

Ata da 4º Reunião, 12/10/1963

Às quatorze horas foram abertos os trabalhos da 4º reunião da Assembleia Geral Ordinária, discutindo-se o item: APARELHAMENTO DA FEDERAÇÃO. Com a palavra o Presidente da Federação, Severino Naino Schnaipp, demonstrou em longa explanação a necessidade de começarmos por dar melhor organização à Federação, levando em consideração o processo administrativo, de relações de trabalho de nossos filiados. A seguir solicitou ao companheiro Hermógenes Lima Fonseca que fizesse uma exposição das necessidades do aparelhamento da Federação, que demonstrou que o seu funcionamento, começando por dizer de que a falta da presença dos demais diretores todos os trabalhos ficaram nos ombros do Presidente, com a responsabilidade da Secretaria e da Tesouraria, embora, o Tesoureiro, companheiro José Domingos, comparecia sempre que solicitado, vindo de São Paulo, onde também tem seus compromissos como Diretor de seu Sindicato, porém, o Secretario Mario Alfredo poucas vezes compareceu no Rio. Disse mais que depois do Congresso de Salvador, verificou-se um aumento da correspondência, e dos pedidos de assistência dos vários Sindicatos, numa demonstração promissora de apoio e um crédito de confiança, para com a Federação, porém, dado as dificuldades que tinha que enfrentar não foi totalmente possível atender com a devida presteza às solicitações, inclusive, da presença do Presidente a vários Estados para solução de problemas, atendendo, apenas, no que foi possível. Tem se verificado nos últimos meses uma presença de delegados na sede da Federação numa média de 6 a 8 por semana, não havendo dia de que não se encontre ali delegados vindos dos Estados em busca de solução para os problemas e reivindicações locais, ligados aos Ministérios de Viação, do Trabalho e do IAPETC. Para corresponder a essa situação necessário se faz que nessa reunião se tome

medidas no sentido de capacitar a Federação a atender as exigências no desenvolvimento da classe que se organiza e se desperta para a luta por suas reivindicações. A seguir o presidente fez a apresentação de um programa mínimo que deverá ser posto em prática para o funcionamento da Diretoria, qual seja: uma viagem ao norte e outra ao sul, numa visita aos Sindicatos, em cujas visitas dependerá apenas de que os companheiros contribuam com a hospedagem local, enquanto que as despesas de viagem serão custeadas pela Federação. Sugere que se deverá editar um BOLETIM INFORMATIVO, no qual serão dadas as notícias de interesse dos seus filiados, inclusive, estabelecendo maior laço de unidade entre os nossos sindicatos. Com a palavra o companheiro Francisco Pacheco, fala a respeito do funcionamento da Federação, chamando a atenção para as respostas aos pedidos de informação dirigidos pela Federação aos Sindicatos e que não dão conhecimentos ao seu corpo de associados, pois, é necessário fazer com que a coletividade tome conhecimento do que ocorre nas lutas nacionais da categoria. Acha que o problema do reaparelhamento da Federação depende da vinculação dos Diretores aos seus associados, devendo as diretorias dos Sindicatos estarem ligadas intimamente a sua classe, dando assembleias, esclarecendo sobre as lutas que temos que enfrentar no sentido de ver vitoriosas as nossas reivindicações. Solicita a palavra o companheiro Leonardo, de Curitiba, para indagar quanto ao estabelecimento de Convênios de Trabalho se se poderá fazer um Convênio único para todos. Foi esclarecido de que a fixação desses Convênios deverá obedecer às condições locais, no sentido de consolidar as conquistas que a classe já obteve que nesse ponto deverão ser observadas. Fala o companheiro Gaudêncio para uma questão de ordem dizendo que a mesa deve conduzir os trabalhos, não permitindo que se desvie do assunto em discussão. A seguir formula a proposta que se aprove que a taxa de garantia de 25 diárias para a Federação como recurso PARA SUA MANUTENÇÃO e constitua logo uma lembrança para que figure na reforma dos estatutos que se pretende

fazer. Esclarece que sua proposta é de que deverá ser aprovado: 1% da Taxa de Garantia de 25 diárias e não simplesmente A TAXA, porque poderá ser aumentada amanhã e se não se fizer essa ressalva entender-se-á que toda a taxa deverá reverter em benefício da Federação, portanto, que apenas 1% será destinado à Federação. LAGUNA - o companheiro de Laguna manifesta-se para que seja aprovada a proposta de 1% da taxa de garantia de 25 diárias para a Federação. PERNAMBUCO - Diz o companheiro de Pernambuco que não se deve levar em consideração a questão de Sindicatos pequenos nem Sindicatos grandes, pois que todos trabalham pela coletividade, cada um dando a contribuição segundo suas condições, terminando por se manifestar favorável a aprovação da taxa de 1% para a Federação. SAL DA GUANABARA - Fala o companheiro do Sindicato do Sal da Guanabara, solicitando informar que se depois de eleita a Diretoria em que tempo vai convocar uma nova reunião. Esclarece o Presidente que estatutariamente o Conselho de Representantes deverá se reunir duas vezes por ano. Sugere ainda o representante da Guanabara de que se procedam reuniões dos Sindicatos que estejam mais pertos da Federação. Em virtude do adiantado da hora para o jantar, o companheiro Romeu solicita a palavra para propor que se encerre os trabalhos para prosseguirem amanhã, pois há ainda muito assunto a se debater, receando que se deixe de tomar medidas que precisam serem tomadas, principalmente, no que se refere a dar condições à Federação. O sr. Presidente explica que o tempo está sendo bastante aproveitado e que muita coisa foi aprovada, não concordando com o orador que diz que nada se fez até agora. Foram encerrados os trabalhos para prosseguimento amanhã pela manhã e que a tarde será livre, devendo todos comparecerem à Sessão solene de encerramento, no mesmo local, com a presença dos companheiros do CGT, da UPB e outras organizações do Rio que vieram trazer a sua solidariedade aos Arrumadores do Brasil. Encerrados os trabalhos.



## Documento 10

Ata da 5ª Reunião, 13/10/1963

Às oito horas do dia treze de outubro de mil novecentos e sessenta e três. no auditório do Sindicato dos Arrumadores de Vitória, teve prosseguimento a Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do companheiro Severino Naino S chanaip. Dando por iniciados os trabalhos dessa quinta reunião, determinou que se procedesse a leitura das moções sobre a mesa, dando o tempo de dois minutos para o autor encaminhar a sua moção. Com a palavra o companheiro Francisco Ribeiro de Almeida, do Sindicato de Cabo Frio, lê a sua moção sobre a proteção a Companhia Nacional de Alcalis, como problema de importância na economia nacional. Submetida a votação. Aprovada. Ainda do mesmo companheiro encaminhando uma moção para que seja concedido o 13º mês de salário aos aposentados e pensionistas. Em discussão. Aprovado. Com a palavra o companheiro Antonio Soares Pereira, de Paranaguá, apresenta uma moção para a nomeação do Delegado do IAPETC do Paraná. Em discussão. Aprovado. O companheiro Romeu Rangel apresenta uma moção de confiança e apoio ao CGT. Em discussão. Aprovada. Uma outra moção ao Padre Aluysio Guerra. Em discussão. Aprovada. O companheiro Francisco Ribeiro de Almeida lê uma moção a respeito dos direitos às filhas solteiras dos segurados pela Previdência Social. Em discussão. Aprovada. Curitiba apresenta uma moção dirigida ao Ministro do Trabalho pedindo fiscalização para Curitiba. Em discussão. Aprovada. A seguir o Presidente submete a discussão a questão da Taxa de 1% destinada à Federação. Fala o companheiro de Joinville, dizendo que a contribuição de 1% está de pleno acordo e que irá pedir uma assembléia em seu Sindicato para aprovar a medida. Fala o companheiro Caceres, do Rio Grande, informando que seu Sindicato não está cumprindo a decisão de pagar os 20 cruzeiros destinados à Federação e que está de acordo com a taxa de 1%.

Ilhéus, companheiro Alipio Santos, sugere que em vez de 1% fique a taxa da garantia de 25 diárias, tendo em vista já se planejar o aumento da taxa, discordando da proposta que fez o companheiro do Maranhão na última reunião. Fala o companheiro Romeu Rangel, pedindo desculpas da maneira como agiu ontem pedindo o prosseguimento das discussões, porque receiava que não houvesse tempo para se aprovar toda a matéria em pauta, passando a defender sua proposta de ser taxa de 1% dada à Federação. Sugere que os que já estão recebendo a taxa de 1% dê para a Federação, dispensando a cobrança dos 20 cruzeiros depois de falar sobre a remuneração do Presidente, pede a aprovação da taxa 1%. A seguir o Presidente da Federação lê a relação de um programa mínimo que deverá ser posto em prática pela Diretoria da Federação: 1º Organização da Diretoria. 2º - Ida de um delegado a todos os Sindicatos. 3º - Criação de um Boletim mensal. 4º - Fornecimento pela Federação de todo material de orientação. 5º - Assinatura do Diário Oficial para todos os Sindicatos.' 6ª - Organização dos Conselhos Regionais. Passando a fazer as seguintes recomendações: Que os Sindicatos dêem assembleias pelo menos uma vez por mês, levando ao conhecimento dos associados dos atos da Federação. Mandar para a Federação elementos de orientação, tais como contratos, acordos, tabelas, decisões das Delegacias. Não tomarem nenhuma atitude sem dar conhecimento prévio ou consultar a Federação, esclarecendo de que a Federação é as vezes surpreendida por medidas que teriam sido contornadas ou evitadas se lhe fosse dado conhecimento prévio e que muitos companheiros comunicam a Federação, por telegramas, de movimentos de greve, sem as vezes se saber a causa da luta empenhada, impedindo de que a Federação tome as medidas necessárias para cobertura do movimento, inclusive, de solidariedade. Dar conhecimento de qualquer ação judicial contra o Sindicato ou contra qualquer autoridade e que tenha vinculação com os interesses do Sindicato. Manter contacto permanente com a Federação, pelo menos uma vez por mês. Que os delegados chamem a atenção do Presidente do

Sindicato para dar conhecimento das resoluções à Federação. Que cada Sindicato remeta para a Federação a taxa de 1% tão logo receber, ficando estipulado o prazo da remessa até o dia 20 do mês subsequente. Volta a solicitar a palavra o companheiro Romeu Rangel para insistir na proposta de aumento da remuneração dos Diretores da Federação, fazendo comentários sobre os sacrifícios que tem tido o Presidente, entrando em detalhes que o Presidente adverte o orador. Deixou de ser levada em consideração a proposta do companheiro Romeu Rangel, tendo em vista de que na proposta orçamentária está prevista a remuneração da Diretoria a partir de janeiro vindouro. A seguir o Presidente submeteu a discussão o trabalho da Comissão encarregada de dar seu parecer sobre o estudo de um Convênio padrão. Em discussão. Aprovado. Em seguida foi lido o trabalho sobre a criação dos Conselhos Regionais. Fala Sobre o assunto o companheiro de Ilhéus, demonstrando a importância da criação desses Conselhos. O Companheiro Caetano, de Salvador diz que é uma necessidade a criação dos conselhos, solicitando aprovação da proposta. Em discussão. Aprovado. Em discussão o parecer da comissão para a elaboração de um Regimento Interno da Federação. Em discussão o trabalho. Aprovado. Com a palavra o companheiro Romeu Rangel sugere que a taxa de 1% seja a partir do mês de novembro; aliás, de outubro e que a remessa deverá ser feita até o dia 20 de novembro. Em virtude de várias alegações de que necessitavam alguns submeter a apreciação da assembleia de seus Sindicatos, ficou aprovado de que seja a partir de novembro e a remessa até 20 de dezembro. Em discussão. Aprovado. O companheiro de salvador sugere que a Federação dê conhecimento aos demais Sindicatos qual o que não está cumprindo esta resolução. A seguir o Delegado de Ilhéus apresenta uma moção para que seja apreciada a questão do porto de Ilhéus, com uma reunião conjunta das Federações da Estiva, Portuários e Arrumadores, a fim de se esclarecer aquela situação e encontrar uma solução. Em seguida solicita a palavra o companheiro de Santo Amaro para apresentar as suas despedidas,

passando a desfilar pela tribuna os Delegados de todos os Sindicatos presentes a esta Assembleia para apresentar os seus agradecimentos edespedidas aos companheiros. Ficando marcado para a sessão solene de encerramento, o comparecimento de todos os presentes às 19 horas, tendo sido escolhido para falar em nome dos delegados presentes o companheiro Hermôgenes Lima Fonseca. E de tudo para constar lavrei a presente ata que a assino juntamente com o sr, Presidente. Vitória, 13 de outubro de 1963. Hermôgenes Lima Fonseca, secretário. Severino Naino Schnaipp, Presidente.

## Documento 11

### Reivindicação do Sindicato dos Arrumadores de Laguna – SC

Senhor Presidente de Federação.

Senhor Representante do IAFETC.

O Sindicato dos Arrumadores de Laguna, em Santa Catarina, tem 3 problemas de magna importância a expor a V.Excia.

1º - Está já a algum tempo suspenso o contrato de assistência que o hospital daquela cidade mantinha com o Sindicato dos Arrumadores, porque, segundo a direção do hospital, às diárias pagas atualmente, não correspondem a assistência que aquela casa de saúde dá aos associados.

Assim que, os associados para serem atendidos terão que levarem o dinheiro de Agência do Instituto ou do Sindicato para serem atendidos.

2º - Nomear mais um médico para atender as crianças, pois o médico que atende os associados, só o faz a adultos. Em caso de crianças, na maior das vezes, tem que ser pago para que nossos filhos tem que ser pago para, digo, tem que ser pago para que nossos filhos sejam atendidos pelo médico especialista em moléstias de crianças, o Dr. Pedro Miranda.

3º - O SAMDU em Laguna não atende os filhos dos associados, em domicílio, quando a criança tem menos de 2 anos. Creio, sr. Representante, ser uma atitude que não é compatível com os princípios de solidariedade humana. Será que uma criança de dois anos não merece tratamento condigno, dispensados aos demais? Ponho o assunto a vossa abalizada apreciação, esperando que Vossa Excelência, ao menos, em parte, nos atenda.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 1963.

a) - Henrique Fortes Filho.

**Documento 12**

Reivindicação dos Sindicatos de Santo Amaro, S. Francisco, S. Sebastião, Feira de Santana e Alagoinhas, dos Arrumadores da Bahia

O Sindicato dos Arrumadores de Santo Amaro pelos seus Delegados abaixo firmados, solicita a V.S. o seguinte:

1º - que seja reaberto o Posto Médico do IAPETC naquela cidade, em virtude dos seus associados serem atendidos no consultório particular do médico, que é desprovido de certos materiais e instrumentos necessários ao atendimento a certos casos de urgência.

2º - que seja aumentada a quota para o fornecimento de medicamento pois a existência é de Cr\$10.000,00 e não cobre as receitas manipuladas durante um mês, pois que, o número de associados é grande, pois, abrange os Arrumadores, Estivadores, Motoristas e Petrobras.

Vitória, 11 de outubro de 1963.

a) - Gastão da Silva.

Waldemar José Barbosa

### **Documento 13**

#### **Reivindicação do sindicato dos arrumadores de Ilhéus**

Considerando a situação aflitiva em que vem passando os trabalhadores brasileiros, mercê da conjuntura Socio-Economica que vive o pais;

Considerando a situação calamitosa em que vivem os segurados da Previdência Social, em especial os aposentados e pensionistas, velhos troncos dos quais viemos e para os quais iremos;

Levamos ao conhecimento deste congresso, com a devida vênia da mesa diretora e Presidente da nossa Federação, afim seja solicitada as providências junto a Presidência do IAPETC, Conselhos Fiscal e Administrativo, para que seja cumprida na integra a Regulamentação da Previdência Social, Decreto nº 48.959-A, de 19 de setembro de 1960, ou, se necessário, motivo de estudos para uma reforma mais atualizada, conforme já se propala justamente por insatisfações generalizadas.

Justificando, passemos a enumerar alguns itens da referida Regulamentação, que não correspondem ou não são cumpridos, pelo menos na Delegacia Regional, da Bahia, e em especial na Agência de Ilhéus, bem como irregularidades outras.

1º - O artigo 49, assegura ao segurado no ato da aposentadoria por invalidez e velhice 70% do salário benefício, acrescido de 1% desse salário para cada 12 contribuições mensais até o máximo de 30.

2º- O artigo 61 assegura ao segurado 80% do salário benefício para o segurado com 30 anos de serviço, acrescido de 4% desse salário até o máximo de 100% do salário. Entretanto, ou os orientadores da referida reforma da Previdência Social neste caso os próprios trabalhadores descuidaram na redação, o que não acreditamos, ou não está



sendo bem interpretada pelos poderes autárquicos da previdência. O certo é que em nada os trabalhadores foram beneficiados, (com excessão de Sergipe onde está sendo pago na íntegra conforme interpretação dos signatários), ao contrário, pois se tomarmos por exemplo no Estado da Bahia, o salário mínimo é de Cr\$16.500,00, digamos que o segurado tenha 20 anos de serviço, teremos então: 70% sobre o salário contribuição, o Cr\$11.550,00, 20% sobre este montante - (Cr\$ 2.310,00, perfazendo um total de Cr\$13.860,00. Ai, sim, fomos beneficiados pela lei e a mesma é que não está sendo cumprida na íntegra. Pois em Ilhéus, por exemplo, recebe-se apenas 11.500,00 ou sejam 70% do salário mínimo citado.

Porém, se o espírito da lei determina que este 70% do salário seja calculado sobre o produto de 70% do salário contribuição, teremos então sobre o mesmo salário de 15.500,00, Cr\$8.085,00, no mesmo período de carência ou sejam 20 anos, 20% sobre 8.085,00, 2.310,00, perfazendo um total de Cr\$10.395,00, sendo necessário a instituição completar o coeficiente para o mínimo, ou o segurado ficará prejudicado.